

Mais benefícios para domésticas e patrões

Categoria quer reunir 1 milhão de assinaturas para aprovação de projetos que incluem menos impostos e mais empregos

VITOR JUBINI



Gilmara está reunindo as assinaturas no Estado. "A categoria precisa de mais apoio"

CÉSAR FERNANDES
cfernandes@redgazeta.com.br
Os empregados domésticos querem arrumar a bagunça. A categoria está organizada para reunir assinaturas e acelerar a votação de projetos de lei que trazem benefícios para tra-

dente do Instituto Doméstica Legal, Mário Avelino, acredita que novos empregos serão gerados.

"Os projetos estão parados, e com um abaixo assinado queremos mostrar o interesse da população. Com esses benefícios praticados, acreditamos que pe-

lo menos três milhões de pessoas sejam formalizadas em todo País".

A intenção é não deixar a poeira embaixo do tapete e formalizar os empregados domésticos, incluindo as diaristas, que passariam a receber auxílio-acidente. A proposta também prevê a eliminação da multa de 40% em caso de demissão sem justa causa para os empregadores que depositarem o FGTS. "Os patrões não depositam justamente por conta da multa", diz Avelino.

O Sindicato das Domésticas do Espírito Santo já entrou na dança e enviou 200 nomes. "Estamos juntando mais assinaturas, e vamos criar ações para multiplicar essa ideia", conta a diretora do Gilmar dos Santos.

O QUE MUDA

■ **Vantagens:** Serão divididas entre patrões e empregadas.

■ **Domésticas:** Para quem é informal e ganha menos de um salário, um aumento imediato de salário

■ Diminuição do desconto do INSS

■ Possibilidade de receber seguro-desemprego

■ Aposentadoria com base no salário

■ Garantia do salário em caso de afastamento por doença, acidente de trabalho, maternidade e invalidez

■ Pensão para os dependentes em caso de morte

■ **Patrões:** Eliminar o teto de um salário mínimo de abatimento no INSS

■ Reduzir os riscos de ações trabalhistas

■ Diminuir o custo do empregador, pois em caso de afastamento por doença, acidente de trabalho e maternidade, quem paga o salário é a Previdência Social

■ Eliminar um grande problema na legalização, que é a diminuição do salário líquido da empregada, em função do desconto do INSS

■ Quem pagar o FGTS não vai precisar bancar a multa de 40% em caso de demissão sem justa causa

■ Para participar é preciso dar o voto no site www.domesticalgal.com.br ou imprimir e mandar via Correios

■ **Fonte:** Instituto Doméstica Legal

Expectativa é conseguir formalizar 3 milhões de empregadas

balhadores e patrões.

Entre as propostas, a redução da contribuição ao INSS de até 11% para 6% do salário do empregado, e multa de R\$ 1 mil a R\$ 15 mil para quem não legalizar a empregada. O presi-

6,7 mi

Quase 7 milhões de domésticas

■ Esse é o número estimado para todo o Brasil. Porém, apenas 1,8 milhão recebem os benefícios que têm direito, como pagamento ao INSS.

Empregada legalizada é melhor para o patrão

Segundo o levantamento do Instituto Doméstica Legal, no País existem quase 7 milhões de empregados domésticos, mas apenas 1,8 milhões estão legalizados. Para eles, quem sai perdendo com isso são os patrões.

"Com as assinaturas e a aprovação dos projetos, será muito benéfico ter uma do-

méstica com carteira assinada. O valor do INSS vai cair pela metade e, durante as licenças, quem paga é a Previdência", falou o presidente do instituto, Mário Avelino.

Além do bolso, a categoria revela que os patrões também vão ganhar mais tranquilidade, ao evitar ações trabalhistas.

"A relação vai melhorar, pois os empregados estarão mais seguros. Vai diminuir o número de processos por conta da informalidade", completou.

Os patrões também podem participar do abaixo assinado. O documento será enviado ao Senado e ao presidente Lula.

ABR / ARQUIVO



Os manifestantes já ocuparam o Congresso no início de junho

Projeto não é votado, e aposentados reclamam

Os aposentados voltaram a fazer barulho ontem no Congresso Nacional pela votação do Projeto de Lei 01/2007, que prevê reajuste igual para quem recebe o salário mínimo e para quem ganha acima disso. A votação estava prevista para ontem, mas não aconteceu.

Durante toda o dia, vários aposentados organizaram manifestos para sensibilizar os parlamentares pela inclusão do projeto na pauta e sua posterior votação. "Sabemos que se trata de um dos projetos mais polêmicos atualmente, mas a proposta está pronta para ser vo-

tada e os aposentados não aguentam mais tanta enrolação", protestou o presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados, Warley Martins.

O objetivo dos manifestantes é forçar a aprovação do projeto antes do recesso parlamentar de julho. "Temos que sensibilizar as lideranças. Ninguém quer mexer no tema", comentou Warley.

O projeto já conta com a simpatia de várias lideranças estaduais. Ontem, a bancada do Rio Grande do Sul informou que vai votar a favor do projeto, que deve ser votado até sexta.

SÃO MATEUS

Empresa de água acusada de desvio

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) apreendeu, ontem, documentos fiscais na Empresa de Mineração Litorânea, que comercializa a água mineral Açai. Situado em São Mateus, o estabelecimento teve a inscrição suspensa pela Receita Estadual na última segunda-feira (29).

Segundo a gerente regional fazendária da Região Nordeste, Marise Machado Borgo, as medidas foram adotadas pela Sefaz porque a empresa vem deixando de recolher o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) há 24 meses.

TODO O PAÍS

Vale anuncia que vai demitir mais 300

A Vale informou na noite de ontem que vai cortar, ao longo do mês de julho, de 200 a 300 funcionários de suas unidades no Brasil. A empresa nega, no entanto, que o corte seja resultado da crise econômica e afirma que não haverá demissão em massa.

Esse é o segundo corte depois do término do acordo com o sindicato da categoria, no dia 31 de maio, que previa a suspensão de demissões por cinco meses. Desde o início da crise, a Vale cortou 1.600 funcionários, sendo 1.300 demissões em dezembro de 2008, e 300 no início deste mês.